



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 02 / **200** 7

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 27 **DE** ABRIL **DE 200** 7

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 2/2007

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 27 de Abril de 2007.-----

Aos 27 dias do mês de Abril do ano de 2007, pelas 21h16, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Ponto dois: Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Monchique referentes ao ano económico de 2006;-----

Ponto três: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Alferce;-----

Ponto quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Marmelete;-----

Ponto cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Monchique;-----

Ponto seis: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para declaração de interesse público do Projecto “ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente – Site de Radar Costeiro da Fóia e Site de Comunicações da Fóia 1”.-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David, Primeiro Secretário da Mesa e por Henrique Jorge Vicente Maio, Segundo Secretário.-----

Estiveram presentes o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monchique, Carlos Alberto dos Santos Tuta e António Manuel Moreira da Silva Mira.-----

Assistiram à sessão os vereadores do PSD, António José de Jesus dos Santos Francisco e Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

Pelas 21h16 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo

das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe da Silva Bebiano, Maria da Graça Cerro Batalim da Mota e José Alves Francisco; **do PSD:** Rui Miguel da Silva André, Paulo Alexandre Duarte Rosa, Luís Filipe de Carvalho Grade, Paulo Jorge Martins Teodoro e Francisco José Martins Freitas.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Votação da act. da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 28 de Fevereiro de 2007.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 1/2007, realizada em 28 de Fevereiro de 2007 que fora atempadamente enviada aos membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

O membro Luís Grade, do PSD, disse, reportando-se à sua intervenção sobre a Feira dos Enchidos que por lapso mencionara o ano de 2004, o que efectivamente fora transcrito, mas intentava referir-se a 1994 e fazia assim a correcção.-----

Da observação fica registado o reparo.-----

O membro Rui André, do PSD, disse que a correcção que fora feita à sua intervenção ficara pior do que estava porque a leitura da sua transcrição não fazia entender o conceito fundamental, dando a ideia de a máquina estar aos soluços ou então de ter sido propositado. Esta ideia era reforçada pela não inclusão de uma frase que dissera e que agora repetia para ter a certeza que era transcrita e que era: *“o Sr Presidente e a sua acção política fazem-me lembrar o filme Titanic em que o barco estava a afundar mas mesmo assim a banda continuava a tocar. O seu filme, referi-me ao Sr Presidente, chamar-se-ia o tutanique e a banda seriam os seus amigos desta bancada que continuam a dar-lhe música enquanto o município se vai afundando junto das suas políticas destrambelhadas e ineficazes”*.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao membro que a observação estava feita. Como responsável pelo conteúdo da acta repudiava a alegação do propositado, porque dera indicações ao funcionário que elabora as actas

para transcrever, em discurso directo a intervenção em apreço. Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite.-----

O membro Paulo Teodoro, do PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite, disse que justificara a sua ausência à sessão anterior, por via de e-mail e a mesma não fora mencionada no texto da acta. Na eventualidade de o documento se ter extraviado ele tinha o recibo de quando o enviara para justificar aquela ausência.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu-lhe que não recebera tal documento mas fazia fé na sua palavra e considerava justificada aquela falta.-----

Não houve mais qualquer objecção ao conteúdo da acta pelo que esta foi colocada à votação.-----

Contabilizados os votos verificou-se que a acta daquela sessão do órgão deliberativo foi aprovada por maioria, com um voto contra do membro Rui André e a abstenção dos membros Paulo Teodoro e Francisco Freitas.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: ofício do Governo Civil do Distrito de Faro, sem referência e sem data, registado com o n.º 20, com o convite para a apresentação do dispositivo operacional de combate a incêndios; Ofício da Omnitur, Agência de Viagens e Turismo, sem referência e sem data, registado com o n.º 21, com a proposta de transporte a alojamentos para os participantes no XVII Congresso da ANMP; ofício da Delegação Portuguesa do Grupo Socialista ao Parlamento Europeu sem referência, de 25 de Janeiro de 2007, registado com o nº 28, com o envio de uma brochura subordinada ao tema “ Reformar a Administração: poupar na burocracia”; Ofício da Assembleia Municipal de Almada, com a referência 342, de 27 de Fevereiro de 2007, registado com o nº 29, dando conhecimento de moção aprovada por aquele órgão relativa à taxa de gestão de resíduos; Ofício da Assembleia Municipal de Almada, com a referência 357, de 28 de Fevereiro de 2007, registado com o nº 30, dando conhecimento de moção aprovada por aquele órgão relativa a Sistemas Multi-municipais de Recolha Selectiva e Valorização de Resíduos;

Ofício do Grupo Parlamentar do PCP sem referência, de 28 de Fevereiro de 2007, registado com o n.º 31, com o envio de cópia da resposta do Ministério da Defesa a requerimento do deputado José Soeiro, relativo a Prevenção e Segurança da Costa Algarvia; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 29, de 28 de Fevereiro de 2007, registado com o n.º 32, com o envio do boletim ANMP n.º 155, referente a Fevereiro de 2007; Ofício da Assembleia Municipal de Faro, com a referência 45, de 8 de Março de 2007, registado com o n.º 33 dando conhecimento de moção aprovada por aquele órgão relativa a Diminuição de verbas para o Algarve; Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 33, de 14 de Março de 2007, registado com o n.º 34, prestando informações sobre “Encerramento dos serviços de apoio permanente dos Centros de Saúde”; Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 36, de 14 de Março de 2007, registado com o n.º 35, prestando informações sobre “Taxa de gestão de resíduos”; Ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1259, de 29 de Março de 2007, registado com o n.º 36, com o envio de cópia de actas daquele órgão; Ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1260, de 29 de Março de 2007, registado com o n.º 37, com o envio de propostas a apresentar na sessão da Assembleia Municipal; Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 43, de 30 de Março de 2007, registado com o n.º 38, prestando informações sobre inscrições para o XVII Congresso da ANMP; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 45, de 30 de Março de 2007, registado com o n.º 39, com o envio do boletim ANMP n.º 156, referente a Março de 2007; Ofício do Grupo Parlamentar do PCP, sem referência, de 4 de Abril de 2007, registado com o n.º 40, com o envio de cópia de requerimento ao Governo relativo a “provas globais facultativas no Ensino Básico”; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1480, de 18 de Abril de 2007, registado com o n.º 41, com o envio de informação do Presidente da Câmara a ser presente à sessão da Assembleia Municipal de 27 de Abril de 2007; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 53, de 20 de Abril de 2007, registado com o n.º 42, informando sobre tomada de posição da ANMP relativa a “Encerramento de Serviços Públicos”; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 54, de 20 de Abril de 2007, registado com o n.º 43, informando sobre inscrições para

o XVII Congresso da ANMP; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Ministério da Educação, com a referência 56, de 24 de Abril de 2007, registado com o n.º 44, informando sobre campanha de comunicação “junto melhoramos a escola”; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1627, de 27 de Abril de 2007, registado com o n.º 45, com o envio de documentação com esclarecimentos à Assembleia Municipal; Ofício da Freguesia de Alferce, com a referência 103, de 27 de Abril de 2007, registado com o n.º 46, informando sobre o programa “Aldeias em Flor” e com o convite para a Festa do Bolo de Tacho.-----

Justificação de faltas: foram presentes: carta, sem referência e sem data, de Maria da Graça Moreira da Silva Mira, registada com o n.º 22 com justificação à falta à sessão de 28 de Fevereiro de 2007; carta, sem referência e sem data, da mesma subscritora, registada com o n.º 23, com justificação para a falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique; carta de Dina Paula Correia Baiona, sem referência, de 2 de Março de 2007, registada com o n.º 24, com justificação para a falta à sessão de 28 de Fevereiro de 2007; carta de António Manuel Rodrigues Venda, sem referência, de 12 de Março de 2007, registada com o n.º 25, com justificação para a falta à sessão de 28 de Fevereiro de 2007; carta de Fernando António Andrez Várzea, sem referência, de 19 de Abril de 2007, registada com o n.º 26, com a justificação para a falta à sessão de 27 de Abril de 2007 e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Social Democrata à eleição da Assembleia Municipal de Monchique. A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles membros da Assembleia.- Atingido o período limite para o registo de assiduidade, é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Francisco José Martins Freitas (em substituição de Fernando António Andrez Várzea)

PS	José Manuel da Silva Furtado
PS	José Alves Francisco (em substituição de Maria da Graça Moreira da Silva Mira)
PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	Henrique Jorge Vicente Maio
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luís Filipe da Silva Bebiano
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleto	Paulo Jorge Martins Teodoro

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Apresentou solicitando substituição
PSD	Fernando António Andrez Várzea	Apresentou solicitando substituição
PSD	António Manuel Rodrigues Venda	Não apresentou
PSD	Dina Paula Correia Baiona	Não apresentou

Seguidamente deu-se entrada ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.-----
Falou o membro Paulo Rosa, do PSD, dizendo querer abordar um assunto de carácter específico directamente relacionado com o município e outro de carácter mais geral. Reportou-se assim primeiramente à previsível extinção da Comarca de Monchique sugerindo que, se o Plenário fosse favorável, se alterasse a Ordem de Trabalhos de forma a introduzir este ponto para discussão. Disse também que pensara em propor a realização de uma sessão

extraordinária para agendar especificamente o assunto em apreço, mas a urgência que lhe reconhecia preconizara a sua intervenção imediata.-----

O Presidente da Assembleia Municipal manifestou ao membro as suas dúvidas sobre a legalidade de introduzir um ponto novo na Ordem de Trabalhos, uma vez que o regimento não era claro sobre o assunto, e porque entendia que os membros ausentes desta sessão poderiam contestar a alteração da Ordem de Trabalhos, contudo deixava que o plenário se pronunciasse sobre isso.-----

Falou o membro José Manuel Furtado dizendo que, conquanto o regimento pudesse ser ambíguo ou até permissivo relativamente a essa questão, a lei geral não o era porque inclusivamente não permitia, como noutros tempos, a inclusão do ponto “outros assuntos de eventual interesse”, o que dava a indicação de que as ordens de trabalhos deveriam ser fixas.-----

Houve ainda uma troca de impressões indistinta entre o Presidente da Assembleia Municipal e o membro Paulo Rosa sobre minudências de interpretação sobre se se entenderia a adenda em apreço como uma proposta ou como uma introdução de um novo ponto à Ordem de Trabalhos.-----

-Falou o membro Rui André dizendo achar que a pertinência e importância do assunto que o seu colega de bancada estava a propor justificava a sua discussão em espaço próprio porque não entendia o assunto como uma proposta e o plenário podia deliberar se o Presidente da Assembleia Municipal propusesse à Mesa a admissão de um ponto para discutir um assunto específico.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que não pretendia incorrer numa irregularidade e assim não seguiria por esse lado.-----

O membro Rui André retorquiu que só aqui é que tal era considerado uma irregularidade a que o Presidente da Assembleia Municipal lhe respondeu que se não sabia, aprendesse.-----

Falou o membro António Silvestre, do PS, dizendo que a convocatória para as sessões é feita com base numa Ordem de Trabalhos pré-estabelecida e, a inclusão de outros pontos pressupõe a sua substituição. A discussão de pontos que lhe são estranhos, conquanto possível, não permite deliberar sobre eles. O assunto que o Dr. Paulo Rosa levantara também lhe era caro mas compreendia que não havia condições para ser admitido à discussão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal atalhou dizendo ao plenário que essa questão podia ser ultrapassada porquanto a Câmara Municipal endereçara à Assembleia um ofício com o assunto: “Esclarecimentos à Digníssima

Assembleia sobre o Tribunal da Comarca de Monchique”, que permitia a inclusão de um debate sobre o tema no ponto 1 da Ordem de Trabalhos.-----

Respondeu o membro Paulo Rosa, dizendo concordar e que, nessas condições, a sua intervenção resumia-se apenas ao segundo ponto a que se referira. Assim prosseguiu a sua alocução reportando-se à situação político-económica vivida no país que, sendo de carácter abrangente, tinha reflexos negativos no concelho de Monchique em particular. Disse assim que Portugal tinha a maior taxa de pobreza dos 15 parceiros iniciais da Comunidade europeia e ao mesmo tempo o maior leque salarial em ordenados da função pública, na proporção de 1 para 64, quando antes do 25 de Abril a sua amplitude era de 1 para 20; simultaneamente o país tem a menor taxa de poupança da União quando há 10 anos tinha a maior e tem também o maior fosso entre ricos e pobres que se conhece desde que há números; em 2005 e em 2006 houve o maior lucro das empresas do país em crescendo paralelo com o desemprego; os salários encontram-se, na sua grande maioria, congelados e, a electricidade, o gás e os combustíveis estão no maior nível da União e o país tem a maior taxa de impostos sobre o rendimento, na ordem dos 64%. Enquanto isto o governo tenta descaradamente controlar cada vez mais os meios de comunicação social e surgem situações ao nível político-administrativo preocupantes como sejam a criação do Sistema Integrado de Segurança Interna que permite ao Primeiro Ministro ter acesso a dados de carácter fiscal e de investigação criminal sendo isto grave e insólito pelo facto de não existir em mais nenhum país da Europa; ocorrem alterações legislativas no sentido de o ministério público acatar directivas do governo no sentido de investigação criminal e o regime das contra-ordenações que é uma invenção desenvolvida por Hitler para angariar impostos é de tal forma próspero em Portugal que as coimas são sempre superiores àquelas que os próprios tribunais aplicam na modalidade de crimes. Ora, sobre estes e outros considerandos de ordem político administrativa, pronunciara-se recentemente a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados pela primeira vez na sua história, situação no mínimo invulgar em qualquer país onde vigore a democracia e cujo texto, em seu poder, se propunha entregar à Mesa. Terminou dizendo que, em suma, toda esta situação acaba por descambar em medidas de carácter concreto feitas de forma pouco dialogante, pouco clara e unilateral como é exemplo o encerramento de alguns serviços de importância essencial para o concelho de Monchique e profusamente

anunciadas na comunicação social. Seguidamente fez entrega do documento em apreço à Mesa.-----

O referido documento contendo o comunicado do Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados passa a constituir o anexo n.º 2/2007, às actas.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo querer abordar dois temas reportando-se em primeiro lugar à data de 25 de Abril que, mais uma vez, se bem que já passados muitos anos do golpe de estado que redundou em revolução tranquila, por espontaneidade da população, foi lembrada com diversos eventos culturais e desportivos promovidos pela Câmara Municipal e pelas juntas de freguesia, pelo que também não deveria passar despercebida no órgão deliberativo. O facto de se estar neste órgão a falar frontalmente, no dia de hoje, devia-se a ter acontecido aquela revolução. Depois reportou-se à notícia publicada pelo “Correio da Manhã” com o título “28 tribunais do país em vias de extinção” para dizer que, com a respeitabilidade que lhe merecia o departamento de engenharia da Universidade de Coimbra, que fora quem fizera o estudo que chegara a essa conclusão, não conseguia correlacionar tribunais com engenharia. Por outro lado não vira em nenhum lado qualquer comentário da parte do Governo àquela notícia ou tinha conhecimento de alguma posição oficial relativa à mesma. Sabia isso sim, como membro do Conselho de Oficiais de Justiça e membro da Assembleia Municipal, de uma reunião em que esteve presente, que o Ministro da tutela dissera que iriam ocorrer grandes reformas mas não falara em encerramento de tribunais. Fora criada uma comissão integrando representantes do Governo, do Conselho Superior de Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, da Ordem dos Advogados e do Conselho dos Oficiais de Justiça, que já reunira diversas vezes e ainda não se vislumbrava qualquer proposta que, de qualquer modo, depois de ser apresentada terá de ir a consulta pública. Em resumo, disse, quando houver propostas concretas, se e só se forem lesivas para os interesses do concelho é que a assembleia pode e deve tomar posição não devendo fazê-lo só baseada num artigo publicado, que carece de fiabilidade.-----

Falou o membro Rui André começando por reportar-se à sessão anterior dizendo que o Presidente da Câmara, após abordado por si sobre a questão dos eco-pontos e da sua falta no concelho e por ser este um dos que menos fazia a separação dos lixos, tratou a questão de forma irónica acusando-o de

não entender nada do assunto. Assim, para esclarecer o Presidente da Câmara e os membros do Plenário trouxera gráficos que passou a dissecar. Assim, disse, o concelho de Portimão, relativamente ao papel apresentava 1233 toneladas enquanto o de Monchique apresentava 34; vidro: Portimão 1387 toneladas para 58 de Monchique; embalagens: Portimão 604 toneladas para 10 de Monchique. Salvaguardando as diferenças numéricas das respectivas populações ainda assim era fácil perceber que o de Monchique é o que menos separação faz, porque também dispõe de menos eco-pontos mas mesmo quando comparado com o de Aljezur que dispõe dos mesmos, os números são expressivos: em relação ao papel, Monchique apresenta 30 toneladas e Aljezur tem 53; vidro: Monchique 58 toneladas e Aljezur 138; embalagens: Monchique tem 10 toneladas, Aljezur tem 33. Pela leitura dos gráficos via-se também que enquanto os outros concelhos apresentavam subidas graduais de ano para ano o de Monchique não apresentava. Perante estes dados pedia que aceitassem a sua sugestão não de perito mas de pessoa que se interessava por estes assuntos e, embora o Presidente dissesse que não, ele achava que a Câmara tinha algo a ver com este estado de situação no que concerne à informação e motivação da população e ao aumento de eco-pontos. Prosseguiu a sua intervenção reportando-se à sessão anterior do órgão deliberativo em que lhe fora entregue uma carta assinada pelo sr Presidente da Câmara a convidá-lo para a feira dos enchidos, com um cartão de convidado e uma permissão de estacionamento. Sucede que quando se preparava para estacionar a sua viatura nas proximidades do evento, o Presidente da Câmara que estava na feira fez uma cena deplorável não lhe permitindo estacionar, tendo chamado os seguranças e a GNR. Esta situação vergonhosa, que ele não sabia se era devida ao facto de se tratar da sua pessoa, denunciava-a agora aqui porque eventualmente poderia vir a suceder a qualquer outro membro da Assembleia. O local onde pretendia estacionar estava livre e não tinha qualquer placa de proibição e, como membro da Assembleia Municipal, sentira-se embaraçado e envergonhado com a situação. Terminou a sua intervenção dizendo que havia um assunto premente sobre o qual a Assembleia se devia pronunciar, porventura numa futura sessão, que era a limpeza, eufemismo para o que os técnicos da ASAE fizeram a nível nacional e com alguma incidência no concelho de Monchique, que se revestiu de algumas situações de perfeitas perseguições às pessoas e principalmente aos produtores de medronho e aos comerciantes em geral. Conquanto estas medidas tivessem algo de correcto e visassem a

melhoria de todos deveriam ser feitas de forma pedagógica - porque não se está a lidar com assassinos - e de uma maneira mais correcta e mais atenciosa junto daqueles que fazem o melhor que podem para conseguir sobreviver no Algarve interior.-----

Falou o membro Francisco Freitas, do PSD, dizendo estar também preocupado com a iminência do fecho do Tribunal mas também pela forma como tivera conhecimento da notícia, através da Rádio Renascença, em que o jornalista tentou inclusive contactar a Câmara Municipal para obter uma comentário sendo-lhe respondido que o senhor presidente se encontrava de férias e, por essa razão, a notícia fora pouco esclarecedora. Depois reportou-se às obras do Centro Escolar de São Pedro dizendo que o funcionamento da escola nas proximidades dos trabalhos era fortemente perturbado pelos ruídos ambientais e pelo sobrevôo das salas de aula por braços de guindastes. No dia 23 de Maio de 2007 iria haver provas de aferição dos alunos e assim solicitava que ao menos durante esse período fossem interrompidas as obras para permitir alguma concentração aos alunos. Falou depois do Dia da Árvore, dizendo que a Câmara Municipal tinha, de algum modo alardeado a vinda de um camião que percorreu o concelho, estacionou na Fóia e deslocou-se a Marmeleite, e esta deslocação, sendo a expensas da autarquia, merecia-lhe um reparo porquanto não cumpriu o objectivo que era suposto, já que serviu apenas para projectar diapositivos, algo interessante para crianças da pré e da primária mas aquém do que se pretende como interactividade com a restante população, pela desculpa de que a montagem demorava quatro horas e a desmontagem outras quatro. Assim da próxima vez que o camião se deslocasse a Marmeleite deveria ser por dois dias. Depois disse ter preocupação também por as obras da Estrada Nacional 266 terem parado às portas de Monchique, sem se saber porquê. Por fim reportou-se ao Pavilhão do Arade dizendo que os subsídios que a Câmara de Monchique lhe atribuía seriam mais bem empregues a fazer um pavilhão em Monchique que seria mais útil para albergar a feira dos enchidos que todos os anos consome recursos financeiros com montagem e desmontagem. O investimento de dinheiros fora do concelho era, quanto a si, uma opção errada.-----

Falou o membro Paulo Rosa inquirindo o Presidente da Assembleia Municipal se não seria oportuna a entrega da proposta que preparara relativamente ao 'Encerramento do Tribunal', uma vez que, passado o período de Antes da Ordem do Dia sem que o fizesse, porventura não se

enquadrasse na Ordem de Trabalhos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao senhor membro reiterando que após a entrada do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos daria imediato conhecimento do ofício da Câmara Municipal relativo a esse assunto sendo que assim a assembleia ficaria mais esclarecida para poder deliberar sobre isso.-----

O membro Paulo Rosa concordou com esta posição.-----

Falou o membro Luís Bebianco, do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, dizendo que tanto o sucesso como o insucesso das políticas sociais do país e mesmo o posicionamento de Portugal na Europa inserem-se em contextos específicos onde pesam factores como os relacionados com problemas sociais existentes, emigração, globalização e mesmo a forma como têm sido conduzidas essas políticas, não sendo correcto classificá-las no imediato mas em termos longos, porventura de décadas. Para ilustrar a sua alocução fez referência e remeteu para um programa documental que decorre nos dias actuais na RTP, 'Portugal, um retrato social', conduzido pelo Dr. António Barreto, e que traduz o que tem sido o país dos últimos 30 anos, na sua evolução enquanto sociedade e também, enquanto evolução das problemáticas e evolução das políticas que têm levado à resolução dessas mesmas problemáticas neste período.-----

Não havendo mais inscrições para falar deu-se por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia tendo o Presidente da Assembleia Municipal mencionado que neste ponto terminavam também as inscrições para falar, por parte do público.-----

Falou o membro Rui André dizendo que, como o público presente era diferente em cada sessão do Plenário, seria boa ideia avisar as pessoas dessa condição porque não eram obrigadas a saber o que tinha sido acordado a esse respeito.-----

O Presidente da Assembleia Municipal retorquiu ao senhor membro dizendo que é obrigação dos interessados informarem-se e conhecerem as leis e os regulamentos vigentes.-----

Seguidamente deu-se entrada no Período da Ordem do Dia.-----

Período da Ordem do Dia.-----

Ponto um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento passa a constituir o anexo

n.º 3/2007 às actas o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos pontos da Ordem de Trabalhos e seguidamente leu integralmente o officio enviado pela Câmara Municipal com o assunto: “esclarecimentos à Digníssima Assembleia Municipal”, registado no livro de correspondência com o n.º 45, uma vez que o mesmo chegou após a convocatória para esta sessão e por consequência não foi atempadamente distribuído aos senhores membros para apreciação.-----

Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar oralmente a informação escrita.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que, tendo consultado o site do Ministério da Justiça, pelas 19h00 desse dia, só encontrara lá o documento de 2006 referente ao estudo efectuado pelo Observatório da Justiça, ou seja só este é que se considera oficialmente em debate público por parte daquele ministério. Sobre este documento coordenado pelo professor Boaventura Sousa Santos, o próprio ministro tinha manifestado a sua opinião dizendo também não se tratar de uma decisão definitiva do Ministério. No que respeita ao estudo da Universidade de Coimbra, coordenado pelo engº Pais de Sousa, por coincidência irmão de um ex-secretário de estado do PSD, que era o cerne da questão em apreço, a autarquia estava atenta e tomara uma posição preventiva. De conversações mantidas entre si, a ANMP e o Secretário de Estado da tutela sabia que esta associação irá sempre ser ouvida para qualquer reforma do sistema judiciário. A moção aqui apresentada aprovada por unanimidade do órgão executivo foi o resultado de uma proposta inicial do Vereador António Santos, que sofreu pequenas reformulações a pedido da sua pessoa, aceites pelo proponente, e reflectia essa postura de precaução. Relativamente à segunda parte do documento relativa a endividamento municipal, referiu que a Câmara Municipal solicitara a correcção dos dados publicados, que tinham originado também alguma controvérsia na Comunicação Social, e agora a Direcção Geral das Autarquias Locais e a Secretaria de Estado da Administração Local publicavam essa correcção, que contudo ainda estava sujeita a nova correcção, por uma diferença de cerca de 30 mil euro, devida a uma questão técnica que tem a ver com inscrição de receitas líquidas de IMI quando deveriam ser ilíquidas.-----

Falou o membro Paulo Rosa, começando por dizer que a intervenção do Presidente da Câmara trouxera mais alguma informação mas não mais esclarecimento sobre a questão do Tribunal ou até da Extensão Rural ou

mesmo das Finanças – que eram assuntos que deveriam começar a preocupar os monchiquenses. Disse que pretendia ler a sua proposta sobre a questão do Tribunal e, eventualmente, submetê-la a alterações rectificativas, caso a Assembleia o entendesse, mas teceria previamente alguns comentários a esse respeito. Assim disse que a Comunicação Social já falava desse assunto, efectivamente, há cerca de ano e meio. Embora o único documento presente no site do Ministério da Justiça fosse, como o Presidente da Câmara dissera, o parecer do Observatório da Justiça, o estudo do Departamento de Engenharia da Universidade de Coimbra existia, como o ofício do próprio secretário de estado comprovava, e fora acedido por jornalistas que o publicaram. Não obstante, o próprio documento do Observatório era já de teor gravoso porque previa a transformação das cento e tal comarcas existentes em cerca de quarenta circunscrições, o que vinha a dar no mesmo porque, perante esta situação, os municípios que têm maior movimento ou poder negocial ou reivindicativo é que vão ficar dotados. Sendo este um dado certo, é necessário, antes *«de montar a mula verificar se esta aguenta com o peso e não reguinga»*, tomar posições que permitam a salvaguarda dos interesses do município. Aliás, percebia pela expressão do Presidente da Assembleia Municipal quando da intervenção do membro António Silvestre, que concordava consigo, o que afinal era correcto pois este assunto devia preocupar todos. Quanto às garantias que o membro António Silvestre dera como certas, da parte do ministro, não tinha tanta confiança nelas, porque, lembrou, na sessão do órgão deliberativo de 26 de Abril de 2006 pronunciara-se pela segunda vez, sem ter obtido acolhimento e solidariedade, sobre o encerramento da comarca de Monchique e, na sessão seguinte a essa, o membro António Silvestre disse, referindo-se a uma reunião onde tinha estado presente juntamente com o Presidente da Câmara: *“[...]o assunto foi debatido exaustivamente [...]tendo o ministro da justiça sido peremptório em afirmar que o governo, ponderando razões sócio económicas e questões de proximidade, havia afastado a ideia da extinção das comarcas, antes pensando em aumentar o número de tribunais de menores, de comércio e de instrução criminal apostando nas atribuições de competências especializadas.”*. Sucede que há poucos dias atrás retirara da Internet o texto integral de um discurso do Ministro e em nenhum lugar ele refere tal coisa, antes dizendo, quando confrontado directamente com a questão, que não pode garantir que não vai encerrar tribunais.-----
Nesta altura o Presidente da Assembleia Municipal pediu ao senhor membro

para atalhar a sua intervenção, já que tinha ultrapassado largamente o período de que dispunha para intervir.-----

O membro terminou a sua intervenção transcrevendo partes do documento que tinha em apreço: “[...]o território está retalhado por diversos mapas[...]o mapa judiciário deve resistir à tentação de acrescentar novo traçado aos que já existem [...]de facto 50% das actuais comarcas têm um número médio de entradas de processos por ano de toda a espécie inferior a mil, mais de um terço das comarcas tem menos de 500 processos entrados por ano, com estas limitações e rigidez que caracterizam o sistema não é possível melhorar salvo sob custos inoportáveis. Há pois que actualizar a unidade de referência não apenas podar alguns dos membros dos ramos menores do sistema.”-----

Falou o membro António Silvestre, invocando o seu direito de resposta. Disse acreditar na citação do ministro feita pelo membro Paulo Rosa, salvaguardando não ter a certeza que se referia ao mesmo evento, contudo ele ouvira o que ouvira e fora isso que transmitira exactamente na sessão aludida.-----

Depois teve início uma troca de palavras relativamente à questão das comarcas, entre os membros António Silvestre e Paulo Rosa que o Presidente da Assembleia Municipal atalhou pedindo que não se entrasse em diálogo, já que o direito de resposta tinha sido exercido. Seguidamente deu a palavra ao orador seguinte.-----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, dizendo não ter questões a colocar mas tão só comentários a fazer à informação escrita da Câmara Municipal de Monchique. Começou reportando-se à questão do tribunal dizendo que conquanto a posição da Câmara a esse respeito merecesse a sua aprovação achava que qualquer tomada de atitude peremptória da parte da Assembleia seria, por ora, extemporânea porque não se estava em presença de dados que garantissem que o Tribunal fosse fechar sendo que, se se desse o caso de essa situação ou outra semelhante que pusesse em causa os interesses dos munícipes surgir inesperadamente, haveria meios de reunir de emergência para tomar posição. Depois abordou o tema Feira dos Enchidos, tendo dito congratular-se com o relatório produzido porquanto o mesmo era elucidativo não só quanto ao que implicou fazer a feira acontecer como também no que respeita à salvaguarda da saúde pública pela qualidade e higiene obtidas. A realização da feira dos enchidos dá corpo a uma ideia surgida há anos que permitiu contrariar alguma desertificação e alguma

problemática em relação à indústria que existiam e este relatório permite concluir que a sua continuidade, dentro destes parâmetros, está assegurada. Depois disse congratular-se também com a informação de que já existe uma unidade dos “Sabores do Monte” em pleno funcionamento, com venda de uma ampla amostra de produtos locais, todos de qualidade, em horário alargado permitindo assim melhores facilidades tanto a residentes como a visitantes; também por seu lado ficava-se a saber da existência de 81 pedidos de licenciamento e de 12 licenças de exploração já emitidas para destilarias de medronho, o que contrariava certas abordagens negativistas ao tema da desertificação do concelho ocorridas em algumas sessões anteriores. No entanto não pode ser responsabilizada unicamente a Câmara porque os interessados também têm de se mexer. Reportou-se depois à ASAE, mencionado a intervenção anterior do membro Rui André, dizendo concordar que a forma de actuação daquela entidade não fora talvez a mais correcta, mas não se podia pôr em causa as suas atribuições porque não se está a tratar de *‘um reino da selva’* e as pessoas têm de se consciencializar de que existem regras a ser cumpridas. Terminou a sua intervenção reportando-se ao Plano Operacional Municipal, dizendo que o facto de a respectiva cartografia estar a ser elaborada era indicador que já havia trabalho feito para obviar a problemática dos incêndios florestais, porque, em seu entender eram urgentes acções de ordenamento florestal, e questionando o Presidente da Câmara se as reflorestações com algumas espécies menos comuns, de que tinha conhecimento estarem a ser efectuadas nalguns locais, se enquadravam nesse plano.-----

Falou o membro Rui André, começando por dizer que a posição do PS, relativamente ao assunto do Tribunal era a de costume também noutros sectores, de jogar o isco e esperar, contudo achava que o dever do plenário era, sabendo que as situações iriam acontecer, pronunciar-se antes de isso se verificar, porque o estudo em causa existia e servia para fundamentar uma decisão política que irá ter lugar, pois que se o Governo não quisesse que ele fosse conhecido tê-lo-ia mantido de forma sigilosa. Depois reportou-se ao tema Capacidade de Endividamento para questionar o Presidente da Câmara que truques usara, ou de que saco é que tirara a maravilha de passar de 116 para 31%, devendo explicar não só ao plenário mas também aos outros autarcas que certamente estavam ansiosos por saber como isso se fez. Falou depois das comemorações do 25 de Abril, dizendo que o facto de um dos grupos musicais ter feito a sua actuação em cima de

uma camioneta fora uma vergonha e causara o descontentamento das pessoas. Sendo uma situação aceitável nesta data há 30 anos atrás, nos dias de hoje era inadmissível e servia para reforçar a ideia, já várias vezes expressa pela bancada do PSD, da necessidade urgente de se fazer um parque de exposições e feiras. Falou depois da questão social do concelho, já abordada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, referindo-a como um tema grato à sua pessoa, mormente por nos últimos tempos ter dedicado mais atenção a ela e dizendo que se deparava com muitas situações de pobreza extrema, causadoras de profunda tristeza. Conquanto a Câmara Municipal e outras entidades de âmbito social trabalhassem no sentido de obviar esses problemas, esse trabalho ainda era pouco e, à semelhança do que acontecia com a carta educativa, devia avançar-se para uma carta social do concelho para, no âmbito do Conselho Municipal de Acção Social que a Câmara preside, tentar combater de uma forma mais eficaz esta situação. Endereçou depois um voto de saudação ao associativismo do município que, tanto nas comemorações do 25 de Abril como na feira dos enchidos, provou estar vivo e dinâmico. Provava-se que as associações locais, algumas delas paradas há muito tempo e agora reactivadas, em conjunto com as autarquias, conseguiam fazer alguma coisa, e este era um caminho a prosseguir, devendo a Câmara dar-lhes todo o apoio possível para não deixar o associativismo morrer. Terminou a sua intervenção falando sobre o medronho dizendo que entendia que a solução apresentada aos produtores, balizada porque eles não dispunham de qualquer outra alternativa, não era a melhor pois se em vez de ter a actual caracterização de tipologia 4 – indústria, passasse para a tipologia 5 – produtos caseiros, as coisas ficariam mais facilitadas e esta deveria ser a solução por que as entidades se deviam bater e fazer chegar essa proposta a quem decide a nível de Comunidade, o que aliás já uma associação de Monchique fizera. Porque não se pode estar a comparar quem quer produzir e vender em regime industrial com a maioria dos produtores conhecidos que fazem uma produção para consumo familiar e meter tudo no mesmo saco é um erro. Assim está-se a dar um presente envenenado a certos produtores que nem sonham no que se vão meter, porque não são informados de todas as imposições que os processos trazem, sendo que muitos daqueles vêm-se confrontados ‘ab posteriori’ com situações com que não estão aptos a lidar como sejam pagamento de entreposto, alfândega, ponto verde e engarrafamento, quando apenas produzem 20 ou 30 litros.-----

Terminada esta intervenção o Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que o tempo agendado para as intervenções sobre este ponto da Ordem de Trabalhos tinha sido ultrapassado, o que, tendo em conta que o Presidente da Câmara tinha o direito de usar da palavra para as respostas do mesmo tempo dos oradores, iria prolongar a duração da sessão podendo, com vista a abrevia-la, aceitar-se à aprovação a da Câmara Municipal, situação que simplificaria bastante as coisas sendo que assim sugeria ao membro Paulo Rosa que retirasse a sua proposta. Caso contrário, a aceitação desta pressuporia ainda análise, discussão de pontos, eventual reunião de bancadas e aditamentos e correcções e, conseqüentemente maior demora. Poderia alternativamente marcar-se uma segunda reunião desta mesma sessão para discutir todos os pontos atempadamente. Perante estes cenários deixava à consideração do membro Paulo Rosa a retirada da sua proposta e ao plenário a decisão sobre as opções possíveis.-----

O membro Paulo Rosa disse, que a sua proposta continha considerandos que a moção da Câmara Municipal não continha, e assim era mais rica em conteúdo. Por outro lado considerava que a aprovação da moção da Câmara tal como estava daria a ideia de que o órgão deliberativo não tinha feito o seu trabalho e apenas aproveitava o que já estava feito.-----

Pediu a palavra o membro Carlos Almeida, para dizer, na qualidade de leader da bancada do PS, que os seus membros estavam dispostos a votar favoravelmente a moção da Câmara Municipal tal como estava.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu então a palavra ao Presidente da Câmara para este responder às questões suscitadas pelas intervenções dos membros, dizendo que o tema das propostas seria tratado seguidamente à intervenção.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por reportar-se à interpelação do membro Rui André relativa à aludida maravilha de conseguir reduzir os números de endividamento da Câmara Municipal de Monchique dizendo que os membros do PSD não tinham tido contacto com o documento porque, de outra forma, teria sido escusado colocar aquela questão, demonstrativa de quem não sabe do que está a falar. Não obstante este seria enviado na íntegra para que o estudassem. No que respeita à reunião com autarcas para explicar esse 'truque' da redução, era curioso o facto de, no dia presente, ter recebido um telefonema da Presidente da Câmara de Silves a inquiri-lo como o conseguira. Para mais, os documentos da Câmara Municipal de Monchique não continham erros electrónicos e as suas contas estavam

aprovadas em Tribunal de Contas depois de devidamente reiteradas pela Assembleia. Depois disse ao membro que em Monchique não conhecia o Conselho Municipal de Acção Social mas tão só o conselho local de acção social e a comissão de acompanhamento do XPTO que é uma parceria pública com as associações no âmbito de projecto que foi aprovado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Depois, em resposta às questões do membro Carlos Almeida explicou que o Estudo para a Defesa da Floresta contra Incêndios, de Monchique e Portimão produzido pelo Gabinete Técnico Municipal fora entregue em Dezembro de 2006 e aprovado pelo Ministro em Março de 2007, contudo era solicitado que fosse agora actualizado em função da nova Estratégia Nacional da Defesa da Floresta e, prevendo que isso iria suceder, atempadamente tinham sido adjudicados trabalhos de cartografia complementar à firma Geoatributo, ganhadora do concurso, no contexto do protocolo já existente com a Globalgarve e utilizando também alguns fundos próprios. Sobre as destilarias de medronho e a actuação de forças policiais ocorridas no município, das quais não era seguro dizer que tivesse sido a ASAE, estas tinham sido fruto de denúncias de terceiros e originaram apreensões de mostos em quantidades superiores ao previsível para produzir 30 litros de aguardente e incidiram sobre pessoas que nem se tinham dado ao trabalho de vir à Câmara Municipal para se informar sobre o incio do processo de licenciamento, o que provava que essas acções tinham sido pertinentes, se bem que discutíveis do ponto de vista da forma pois mesmo os produtores ainda não completamente legalizados mas com os respectivos processos iniciados não foram incomodados. Reportou-se depois à questão Tribunal tendo começado por perguntar sobre que base é a Câmara Municipal poderia negociar politicamente tendo dito depois que a posição do Executivo relativamente a esta questão era a única não extemporânea, pois era de natureza precaucional. Citou depois alguns excertos das propostas do estudo do Observatório da Justiça que, salvo o preconizar do fim das comarcas, não considerava absolutamente negativas mas que sobre os quais o membro Paulo Rosa não se pronunciara: *[...]endogeneização de uma justiça itinerante que institucionalize a mobilidade do sistema de justiça, designadamente no âmbito das audiências de prova, de peritagens, dos serviços de atendimento do Ministério Público, prevendo a sua deslocação aos concelhos actuais sedes de comarca ou outros que, por efeitos da reforma, deixem de dispor, com carácter permanente, de estruturas*

judiciárias com todas as suas valências.[...] Criação de uma rede de serviços de justiça multi-facetada com pessoal altamente qualificado, mais ampla e com maior capacidade de articulação, extensível, pelo menos em algumas das suas componentes, a todas as anteriores circunscrições de base ou a outras que se vierem a considerar, de forma a não só restringir o acesso à justiça por parte dos cidadãos, mas também a ultrapassar alguns dos actuais constrangimentos, como, por exemplo, o caso da jurisdição de família e menores[...], e dizendo que a reforma do sistema judicial era um dado equacionado como necessário e inevitável, pelo que as palavras do senhor membro continham demagogia, e conseqüentemente achava acertado a bancada do PS não aceitar a proposta nos moldes em que estava pois que assim o PSD não iria para a Comunicação Social dizer que o PS recusara tratar deste assunto - recusara sim a forma como o propuseram. Disse também que a bancada do PSD falava em números, pobreza ou desemprego mas nunca citava quaisquer estudos que pudessem dar consistência a essas alegações e, neste caso, já que o membro Paulo Rosa dissera que circulavam notícias desde há cerca de ano e meio sobre o encerramento do Tribunal, era bom que informasse quais os meios onde isso fora publicado ou difundido, ou se isso já fora presente alguma vez ao plenário. Quanto a si, Presidente da Câmara, preocupavam-no os interesses da população do concelho e não o eventual problema de um advogado que receie perder o seu lugar no concelho para passar a fazer serviços officiosos. Terminou a sua alocução dizendo que, sobre os outros serviços, como as Finanças ou a Extensão Agrícola, tinha a sua opinião não necessariamente igual para cada um dos casos mas informou o plenário que fora sondado por entidade governamental para propor a instalação de uma loja do cidadão no município.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que, embora não o fizesse por via de regra, no caso em apreço, e como antes de ser presidente era também membro eleito de uma bancada, permitia-se emitir opinião sobre o assunto dizendo que achava a moção da Câmara Municipal bastante completa e insuspeita no que respeita à bancada do PS porque até nem fora da autoria deste grupo. Por seu lado a proposta do membro Paulo Rosa continha elementos excedentes desenquadrados do contexto que se pretendia e por fim, entendia que era mais coerente o município apresentar um único documento que transmitisse a ideia de coesão dos dois órgãos na defesa de uma posição.-----

Falou o membro Paulo Rosa, dizendo entender que a apresentação de um documento único daria a ideia de a Assembleia andar a reboque da Câmara Municipal e de não se ter debruçado devidamente sobre o assunto. Não obstante, apoiaria a moção da Câmara e esta seria certamente vencedora por unanimidade embora mantivesse a apresentação da sua proposta por entender que era mais rica que a outra, no que concerne entre outras coisas ao facto da transmissão de titularidade do edifício do Tribunal a favor do Ministério da Justiça em 1983, que dava à Câmara Municipal maior capacidade negocial. Esta sua posição não tinha a ver com necessidade de protagonismo nem com as considerações tecidas sobre a sua pessoa pelo Presidente da Câmara, a que ele, de resto, já estava habituado, mas tão só para não transmitir a ideia que o órgão deliberativo servia de caixa de ressonância do executivo.-----

O membro Carlos Almeida pediu, em nome da bancada do PS a interrupção dos trabalhos por dois minutos para esta deliberar sobre o assunto em apreço.-----

No retorno aos trabalhos aquele membro informou a Mesa que o seu grupo mantinha a sua posição já manifestada de apoiar a moção da Câmara Municipal.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo, em defesa da tomada de posição do grupo do PS, que entendiam ser a proposta do membro Paulo Rosa enferma de imprecisões e de confusão de conceitos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez ponto de ordem dizendo estar o assunto esgotado de argumentação. Seguidamente colocou à votação da proposta subscrita pelo membro Paulo Rosa e apresentada pela bancada do PSD, que é classificada como proposta A e cujo documento passa a constituir o anexo n.º 4/2007 às actas.-----

Contabilizados os votos verificou-se que esta proposta foi rejeitada por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou contra
José Manuel da Silva Furtado	Votou contra
José Alves Francisco	Votou contra
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou contra
Mário Manuel Papuchinha David	Votou contra
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou contra

António Silvestre da Silva Nunes	Votou contra
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou contra
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou contra
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou contra
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou contra
Rui Miguel da Silva André	Votou a favor
Francisco José Martins Freitas	Votou a favor
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou a favor
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou a favor
Paulo Jorge Martins Teodoro	Votou a favor

Votos a favor: 5; votos contra: 11 abstenções: 0.-----

Seguidamente o membro Rui André pediu a palavra para intervir o que lhe foi recusado pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

Tendo insistido o senhor membro alegou que pretendia fazê-lo na qualidade de vencido, a que o Presidente da Assembleia Municipal acedeu, informando-o de que deveria ater-se exclusivamente à declaração de voto que pretendia fazer, porque o Regimento não permitia intervenções de carácter político nesta altura.-----

Falou o membro Rui André dizendo lamentar a manobra feita à volta das propostas, tendo-lhe o Presidente da Assembleia Municipal dito que estava a extravasar o âmbito da declaração de voto e deveria cingir-se apenas àquela, sob pena de lhe retirar a palavra.-----

Retorquiu o membro Rui André dizendo que em breve o Presidente da Assembleia Municipal estaria a elaborar uma lista daquilo que lhe era permitido proferir, a que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que as declarações de voto eram as intervenções possíveis nesta altura.-----

O membro Rui André disse ao Presidente da Assembleia Municipal que utilizasse o seu lápis azul para sublinhar a sua intervenção para cortar onde quisesse.-----

Acto contínuo o Presidente da Assembleia Municipal intimou o senhor membro para que não utilizasse linguagem ofensiva porque não era recíproca e proferisse, de uma vez por todas, a sua declaração de voto.-----

O membro Rui André disse então que o grupo do PSD queria manifestar o seu desagrado para com esta situação que só vinha reforçar que a assembleia ou metade ou parte dela era uma caixa de ressonância e andava a reboque da Câmara sem ter autonomia própria.-----

O Presidente da Assembleia Municipal avisou o senhor membro que o que acabara de proferir era uma intervenção política, redundante sobre a discussão do assunto e sem cabimento no momento.-----

Replicou o membro Rui André dizendo ao Presidente da Assembleia Municipal que não tivesse medo das suas palavras que não iriam ofender ninguém a que este respondeu que o membro estava a pretender ir por uma via que ele não permitiria.-----

Falou o membro Rui André dizendo: *“Lamentamos a recusa desta nossa proposta, porque consideramo-la o reforço da outra proposta pelas questões que já foram mencionadas e é uma manifestação de que esta assembleia não tem uma vontade própria e não é capaz de produzir um documento próprio, com o mesmo teor mas com as nossas propostas”*.-----

Falou o membro Carlos Almeida fazendo uma declaração de voto da bancada do PS. Disse: *“Votamos contra esta proposta por considerarmos que a moção que a câmara aprovou unanimemente é suficiente e expressa a preocupação dos órgãos deste município relativamente à problemática do tribunal de Monchique. A nossa rejeição desta moção teve a ver com o estender-se para além com que consideramos razoável no momento actual.”*--

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o documento contendo a moção aprovada pela Câmara Municipal que é classificada como proposta B e cujo documento passa a constituir o anexo n.º 5/2007 às actas.-----

Contabilizados os votos verificou-se que esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Do documento contendo a moção ora aprovada serão enviadas cópias a Suas Excelências o Presidente da República, o Presidente da AR, o Primeiro Ministro, o Ministro da Justiça e ao Governador Civil de Faro e aos presidentes dos grupos parlamentares com assento na AR bem como a diversos órgãos de comunicação social.-----

O membro Rui André questionou ainda o Presidente da Assembleia Municipal sobre a data de entrada da proposta do Vereador António Santos, que deu origem à moção agora aprovada a que este respondeu ter sido em 10 de Abril p.p.-----

Não havendo mais nada a tratar neste ponto deu-se entrada no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto dois: Apreciação e votação dos documentos de Prestação de

Contas do Município de Monchique referentes ao ano económico de 2006;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 6/2007 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para este complementar os documentos escritos.-----

Falou o Presidente da Câmara tecendo comentários aos números constantes dos documentos em apreciação tendo chamado a atenção para as execuções globais de receitas e despesas, respectivamente na ordem dos 53.85% e 53.43% e para as opções do Plano com um total de 117 propostas das quais foram concretizadas 88 resultando numa execução de 75,2%. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas que a análise do documento técnico suscitasse dava a palavra ao Vice-Presidente da Câmara que fora o responsável pela sua elaboração.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD, que questionou o representante do executivo por que razão o relatório de contas não fazia referência aos balancetes de contas, abertura e encerramento, como o do ano transacto. Questionou também reportando-se à presença dos Grupos de Primeira Intervenção e Brigadas heli-transportadas no Verão transacto em Monchique, considerando que o Município suportara as despesas de alimentação desse pessoal, onde se encontravam estas inscritas no documento em apreciação. Finalizou a sua alocução fazendo menção a uma intervenção que tivera na sessão do plenário do ano passado, onde estiveram em apreciação os documentos de contas referentes a 2005, em que manifestara apreensão pelos valores elevados gastos em horas extra e ajudas de custo, dizendo que fazia agora a confrontação com o presente documento e verificava com agrado que os valores actuais já se mostravam mais baixos e aceitáveis, conquanto achasse que ainda podia ser feito um maior esforço para reduzir essas despesas, porque ainda assim, depois de contas feitas, gastava-se cerca de 200 contos por dia nessas rubricas.-----

Nesta altura, atingida a meia noite, o Presidente da Assembleia Municipal fez ponto de ordem dizendo aos senhores membros que, de acordo com o regimento, a reunião deveria terminar, podendo ser marcada nova reunião desta sessão para terminar os assuntos em ordem de trabalhos, salvo deliberação expressa do plenário para que esta se prolongasse. Assim sugeria que, se não vissem inconveniente, se prosseguisse a sessão.-----

Da parte do plenário ninguém se opôs àquela sugestão pelo que a reunião

prosseguiu, dando cumprimento ao estipulado no n.º 5 do artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique.-----

Falou o membro Rui André dizendo que o documento em apreciação era, mais uma vez uma desilusão para quem esperava desenvolvimento na terra porque demonstrava uma execução orçamental de 52% que significava metade. Como ninguém fica satisfeito com meio copo ou meio prato ou com metade de seja o que for, o grupo do PSD também não ficava satisfeito com este resultado. O facto de o endividamento de cada munícipe ser na ordem de 2500 euros, também não deveria motivar sorrisos ou satisfação, nem o documento podia servir de consagração da carreira política do executivo sendo sim mais uma prova que as coisas não estavam a correr bem para este. A única verba que subira e minimizara a desgraça apresentada fora a do IMI, à custa das carteiras dos munícipes que suportaram esse acréscimo de 50 mil euros. Pelos argumentos aduzidos o grupo do PSD iria rejeitar o documento.-----

Falou o membro Francisco Freitas, começando por dizer que mais uma vez verificava a não existência de uma política social que contribuísse para fixar as pessoas, mas isso era apanágio do município que se pautava por uma política desta natureza desde há muitos anos, e também, como já fora citado, não permitia a criação da carta social que possibilitasse abalizar das pessoas que neste momento têm grandes dificuldades económicas após os incêndios de 2003 e 2004 e a quem a Câmara continua de costas voltadas sem o procurar prevenir. Por outro lado o município mantinha as mais altas taxas de impostos sobre os munícipes o que também não facilita a fixação da população. Terminou a sua intervenção dizendo que não era possível rigor orçamental num orçamento que pedira quatro alterações em 2006.-----

Falou o membro Carlos Almeida reportando-se às intervenções anteriores tendo dito que talvez os oradores que tão depreciativamente falaram, de endividamento, de captação de receitas ou de acções realizadas não entendessem ou não quisessem entender as circunstâncias dos contextos, o que era pior ainda, porque falavam de cor só por estar contra. O membro Luís Grade falara que a despesa com horas extras e ajudas era grande e deveria ser reduzida, mas deveria ter perguntado também onde é que essas horas e ajudas foram empregues. Também se falara que o PS era a caixa de ressonância da Câmara, mas o seu grupo, tal como o outro, tinha capacidade de ponderar as problemáticas e decidir sobre elas, só que não forçosamente como o PSD queria, e isso justificava-se porque afinal quem ia ganhando

eleições era o PS, não obstante as alegações de desgraça com que os membros da oposição demagogicamente argumentavam no plenário, e essa não era, do seu ponto de vista, a melhor maneira de pretender evolução e progresso. Para terminar a sua intervenção reportou-se aos documentos de contas em apreciação para dizer que também ele não gostava que a arrecadação de receitas fosse substancialmente inferior à prevista, mas também havia que ressaltar que no ano transacto foram dados exemplos na Assembleia e explicadas as dificuldades e regras impostas relativamente ao controlo do deficit nacional e isso condicionara a dita arrecadação, pois no ano corrente estava-se a arrecadar receitas que deviam tê-lo sido no ano passado.-----

Falou o Presidente da Câmara, para comentar a intervenção do membro Francisco Freitas, dizendo que a Câmara Municipal, em 70 projectos de funções sociais realizara 57 e por isso, o senhor membro antes de falar deveria ter lido e comparado o teor dos documentos e não apenas os números porque assim demonstrava que não sabia do que se tratava. A parte social da Câmara comportava diversos itens, que não tinham a ver apenas com o auxílio aos pobres mas sim com o apoio a terceiros em diversas vertentes, como era exemplo o que tinha sido feito em relação ao Centro de Saúde. A parte social era fundamental para a Câmara Municipal e foi um dos itens para além da protecção civil e da defesa contra incêndios que tinham sido cumpridos integralmente em relação ao proposto.-----

O membro Francisco Freitas retorquiu ao Presidente da Câmara que falara sobre a Carta social e dessa a Câmara não dispunha.-----

O Presidente da Câmara respondeu ainda ao senhor membro dizendo-lhe que havia o Conselho do XPTO, que era também de reinserção social, que agregava muita gente, em reuniões e com muitas decisões tomadas nesse campo e assim, carta social era uma expressão diferente de acção social efectiva.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara, começando por responder às questões colocadas pelo membro Luís Grade. Quanto à questão de os balancetes não terem sido publicados disse que tal não era obrigatório bem como as fichas relativas ao património. Depois referiu-se aos Grupos de Primeira Intervenção e Brigadas helitransportadas para dizer que estes, bem como outros grupos que fizeram serviço nos BVM tinham sido enquadrados numa acção prevista para esse efeito no objectivo 3, programa 310, projecto 2006/5021 na chamada campanha de prevenção e combate a incêndios

florestais onde estavam incluídas todas essas despesas. Depois falou de despesas de pessoal tendo explicado que em 2006 o OE previa que as Câmaras Municipais não pudessem gastar durante todo esse ano mais do que tinham gasto no ano transacto exceptuando as despesas relativas a aumentos de ordenados, aumentos legais de 3% em relação à CGA, acordos de colaboração com o governo pelas competências delegadas por causa da educação, do programa extra curricular do 1º ciclo e a Câmara Municipal fez, em 2005, como aliás já fora mencionado o ano passado, uma última alteração orçamental no final do ano em que aproveitou todas as rubricas que tinham saldo disponível em pessoal para canalizá-las para despesas de saúde e pagamentos à ADSE e daí se ter verificado no ano passado o comentário neste plenário de que todas as rubricas de pessoal tinham sido gastas ao tostão quando, afinal, todas elas tinham sido retiradas do saldo para reforçar despesas de saúde. Este ano isso não fora necessário e a autarquia cumpriu na íntegra as directrizes do OE para 2006, sendo que essas despesas de pessoal em 2006 foram inferiores às de 2005 com o mesmo número de funcionários em activo.-----

Replicou o membro Luís Grade dizendo que questionara apenas sobre as horas extra e ajudas de custo.-----

O vice-presidente da Câmara respondeu ao membro dizendo que tinha dado as informações requeridas porquanto todas as despesas com pessoal entravam num objectivo global, independentemente de serem horas extra ou ajudas, seguros, remunerações ou despesas por doença.-----

Replicou o membro Luís Grade dizendo que todas as rubricas estavam bem diferenciadas no documento.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ao senhor membro que se pretendesse dar-lhe-ia a palavra no final, mas neste ponto deveria evitar o diálogo.-----

Prosseguiu a sua intervenção o Vice-Presidente da Câmara Municipal em resposta à intervenção do membro Francisco Freitas. Disse que a Câmara Municipal de Monchique fizera durante o ano três alterações às grandes opções do plano, quatro ao orçamento da despesa sendo uma delas também de alteração à receita e, quem dera que 10% das câmaras deste país tivessem este número de alterações e assim, pedia que o membro fizesse o comentário após inquirir a situação de outras câmaras independentemente da situação geográfica e do partido que detém o poder.-----

O membro Francisco Freitas retorquiu perguntando ao representante da

Câmara se estas tinham a dimensão de Monchique.-----

O Vice-Presidente perguntou ainda ao membro qual a relação entre a dimensão dos municípios e as alterações orçamentais, mas o Presidente da Assembleia Municipal disse que não permitia diálogo neste ponto.-----

Pediu a palavra o vereador Rui Patrício Andrez mas o Presidente da Assembleia Municipal disse que só a concederia se o Presidente da Câmara o autorizasse a falar em representação da Câmara.-----

O Presidente da Câmara disse não ver necessidade de as informações prestadas poderem ser complementadas pelo senhor vereador pelo que não concedia a autorização.-----

Falou o membro Luís Grade dizendo que nos documentos havia rubricas separadas para horas extra, para ajudas, para pessoal em regime de tarefa, para pessoal do quadro, ou seja: não considerava que se pudesse juntar tudo no mesmo item e assim reiterava o que dissera: em horas extraordinárias, que nada tinham a ver com prestação de serviços, despendia-se cerca de 200 contos por dia útil.-----

Falou o membro Francisco Freitas dizendo que queria lembrar ao Presidente da Câmara que a reedificação das casas ardidas nos incêndios de 2003/2004 teve a colaboração da Cáritas diocesana em 70 a 80% da sua valorização.---

O Presidente da Câmara atalhou a intervenção do membro dizendo que não correspondia à verdade perguntando-lhe também se queria saber qual a participação da Cáritas.-----

O membro Francisco Freitas replicou dizendo que o Presidente da Câmara estava a tentar desmenti-lo mas devia olhar para os mapas.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu dizendo que dava a palavra ao senhor membro e o Presidente da Câmara responderia no final, não permitindo diálogo.-----

O membro Francisco Freitas disse que estava a ser interpelado directamente e era por isso que queria responder. Depois dirigiu-se ao membro Carlos Almeida dizendo, relativamente à intervenção anterior deste, que achava eticamente incorrecta a utilização que este fizera do termo 'bacorada' porque do lado da sua bancada ainda ninguém usara tal termo.-----

Falou o membro Rui André comentando que frases do tipo: 'não vale a pena responder', que ouvia neste plenário davam a ideia de existir um muro que dividia a verdade do lado do PS, da mentira do lado do PSD, ou seja: o Presidente da Câmara era detentor da verdade absoluta sem ninguém o poder desmentir, mas se se encarasse as diferentes perspectivas, havia

verdade em ambos os lados.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo registrar, na intervenção do membro Francisco Freitas, que tinha formação académica superior, o facto de dizer que lhe aprazia registrar e seguidamente elencar todas as coisas que entendeu que foram mal feitas.-----

Falou o Presidente da Câmara reportando-se ao tema carta social dizendo que havia documentos já vindos à Assembleia com a discriminação de todas as intervenções nas casas afectadas pelos incêndios, financiamentos, grau de participação das diversas entidades como a Caritas e a Cruz Vermelha e até, a quem as obras tinham sido adjudicadas, ou seja, procedimentos administrativos exaustivos, como se de concursos se tratasse, e em que inclusivamente o PSD emitiu um comunicado dizendo que o Presidente da Câmara dava essas obras aos amigalhaços.-----

Falou o membro Rui André, dizendo que a sua alusão primeira à carta social fora mal entendida porque o que queria dizer não era direccionado unicamente a Monchique mas sim entendido como uma ideia geral para o país, à semelhança do que sucedia com as cartas educativas.-----

Terminadas estas intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este ponto.-----

Votação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Monchique referentes ao ano económico de 2006.-----

Contabilizados os votos verificou-se que os documentos foram aprovados por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
José Alves Francisco	Votou a favor
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor

Rui Miguel da Silva André	Votou contra
Francisco José Martins Freitas	Votou contra
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou contra
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Absteve-se

Votos a favor: **11**; votos contra: **4** abstenções: **1**.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu ao Plenário que se desse entrada simultaneamente aos três pontos seguintes da Ordem de Trabalhos, uma vez que podiam ser entendidos como interdependentes, procedendo-se em seguida a votações separadas.-----

Da parte do Plenário ninguém levantou objecções ao método proposto, pelo que se deu entrada aos 3 pontos seguintes da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto três: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Alferce;-----

Ponto quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Marmelete;-----

Ponto cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de protocolo de delegação de competências na Freguesia de Monchique;-----

Após a entrada destes pontos cujos documentos passam a constituir respectivamente os anexos n.ºs 7, 8 e 9/2007 às actas o Presidente da Assembleia Municipal, após ter questionado o Presidente da Câmara se pretendia complementar oralmente as informações escritas, que este declinou, inquiriu os presentes por intervenções que quisessem fazer relativamente aos pontos em apreciação.-----

Falou o membro Carlos Almeida, dizendo que chegara a pensar votar contra o ponto 4 porque, num passado não muito distante também os representantes do PSD tinham votado contra os protocolos para as juntas de freguesia de Alferce e Monchique, por 'revanche' política e em função dos montantes em jogo. Contudo iria votá-lo favoravelmente porque não era pessoa para ressentimentos desse tipo e entendia que a freguesia de Marmelete era a maior em área geográfica e aquela que necessitava mais das verbas, embora desejasse manifestar o seu sentimento relativamente ao assunto.-----

Falou o membro Paulo Teodoro, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite, dizendo que entendia a posição do membro Carlos Almeida quando se referia a Marmeleite como a freguesia que mais recebia, mas talvez não a conhecesse bem para saber quais os serviços que a Junta fazia. Os protocolos eram feitos em função dos serviços prestados, os quais, na freguesia incluíam, para além dos mencionados no documento, a limpeza do polidesportivo e ocasionalmente algumas limpezas mais profundas da escola. Os 25 mil euro que a freguesia recebia, tal como no ano transacto eram resultado de um reforço de verbas destinado a transportes escolares, considerado justo porque se não o fosse talvez a Câmara Municipal não o propusesse. Nesse sentido desaprovava a intervenção do senhor membro por pôr em questão aquela verba.-----

Replicou o membro Carlos Almeida dizendo que o presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite não entendera a sua intervenção pois ele não questionara a verba atribuída, antes pelo contrário achava que até seria porventura insuficiente. Dissera isso sim que em tempos o PSD votara contra as propostas de protocolo com as outras juntas e apenas isso. Quanto a conhecer Marmeleite, conhecia bem e sabia o que se fazia por lá, sendo que até passava por lá todos os dias.-----

Falou o membro Paulo Teodoro dizendo que apenas fizera a sua intervenção, por se tratar de um assunto chamado à conversa, implicando directamente com a gestão de que era responsável.-----

Falou o membro Paulo Rosa dizendo não estar esclarecido devidamente sobre a questão levantada. Perguntou assim, se algum dos presidentes das juntas de freguesia e mesmo o anterior de Alferce, que era membro do Plenário, poderiam esclarecer de quando é que o PSD votara contra os protocolos de delegação de competências nas juntas de freguesia de Alferce e Monchique.-----

Respondeu o membro Mário David, do PS, como anterior presidente da Junta de freguesia de Alferce, dizendo ao membro Paulo Rosa não saber a data certa mas ter conhecimento de que tal situação já sucedera.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse então que não havia dados disponíveis no momento para esclarecer a questão. Seguidamente, não havendo mais nada a tratar sobre este assunto, de acordo com o método adoptado procedeu-se, separadamente à votação destes pontos da Ordem de Trabalhos.-----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para

celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Alferce -----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Marmelete.-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Monchique.-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto seis: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para declaração de interesse público do Projecto “ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente – Site de Radar Costeiro da Fóia e Site de Comunicações da Fóia 1”.-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 10/2007 às actas o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar oralmente a informação.-----

O Presidente da Câmara disse que considerava o documento bastante explícito pelo que se eximia, para já, de tecer mais comentários sobre ele.--

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativas a este ponto.-----

Falou o membro Rui André, tendo começado por dizer que, no âmbito da sua profissão estivera envolvido num projecto de educação pela parte da Direcção Regional de Educação do Algarve chamado ‘Operação Lágrimas Negras’, que se desenvolveu em todas as escolas do Algarve nos anos lectivos de 98/99 e 99/2000 e teve como objectivo principal a recolha do que veio a resultar em 28635 assinaturas e a levar alguns alunos à Assembleia da República em 5 de Junho de 2000 com dois pedidos: o afastamento dos corredores marítimos de navegação das 5 para as 20 milhas náuticas ao largo do Cabo de São Vicente e a instalação de sistemas de

VTS, de acordo com plano do Instituto Marítimo que previa um sistema VTS/SRS de notificação de navios no Cabo de São Vicente e uma antena de radar em Monte Figo, em Faro. Essas propostas tinham sido votadas e aprovadas e presumia-se que, entretanto já tivessem sido instalados os respectivos equipamentos. Assim questionava que novas circunstâncias teriam ocorrido desde então para sustentar este pedido de reforço, já que na altura as entidades competentes achavam suficientes os dois equipamentos referidos, e questionava também se esta situação caso se verificasse, com a qual, de resto, se aprazia, serviria para minimizar o impacto visual das antenas da Fóia, a maior parte das quais ninguém sabia a quem pertenciam nem para que serviam.-----

Falou o membro Francisco Freitas lembrando que aquela parte da serra era muito querida para os monchiquenses e fora ocupada há algumas décadas sem que Monchique tivesse aproveitado com isso, sendo que nos dias actuais, quando a visitava com alunos seus, após autorização especial que tinha de ser requerida, ainda sentia essa nostalgia. Seria importante saber o impacto ambiental, que desconhecia, também por estarem em jogo importantes antenas de sinal rádio e, sobretudo, avaliar-se o custo benefício que isso podia trazer para o concelho.-----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo que havia questões de interesse nacional que forçosamente teriam de sobrepor-se às questões de impacto ambiental inerentes ao facto de a Fóia ser uma zona privilegiada neste âmbito, porque, por um lado, continuava bastante presente a possibilidade de derrames de petróleo na costa algarvia e mormente na área do Cabo de São Vicente que era uma zona 'branca', cuja eventualidade acarretaria danos gravíssimos ao sector turístico e, por outro lado, como era dito no documento, a instalação destas infra-estruturas possibilitaria também maior capacidade de vigilância sobre ilícitos. Não obstante a sensibilidade ambiental, a Fóia era também a localização mais apetecida para a instalação deste tipo de equipamentos.-----

Falou o membro José Manuel Furtado dizendo, em complemento ao que o seu colega de bancada acabara de proferir, que o balanço entre o impacto da instalação de novas antenas e a retirada de várias outras, que era preconizada no documento, era positivo porque uma zona considerada 'ex-libris' do concelho de Monchique passava a ter uma apresentação muito melhor e com uma captação turística com mais interesse.-----

Falou o Presidente da Câmara explicando que o que estava em discussão era

a declaração de utilidade pública municipal, obrigatória por lei para a instalação de equipamentos em áreas de sensibilidade ambiental e também para efeitos de expropriação de terrenos. O equipamento a construir integra-se num sistema que vem desde a fronteira com a Galiza até à fronteira com a Andaluzia que, sem o de Monchique, não dá ligação entre a zona de Sines e a de Lagoa. O projecto de autoria do IPTM, tinha o acordo da Câmara para, com a colaboração da ANACOM, reduzir a quantidade de antenas na Fóia, sendo que, na fase imediata já seriam eliminadas as do município, BVM e Protecção Civil e a breve trecho as dos táxis de Portimão. Acessoriamente havia dois problemas que se resolviam: uma edificação, de qualidade arquitectónica duvidosa, propriedade da Câmara seria substituída e, o prédio rústico onde esta se encontrava e onde seria instalado o equipamento, de quem não se conhecia a propriedade por ter sido cedido oralmente ao município na década de 80 por pessoa entretanto falecida, sem que se tivesse realizado escritura, seria expropriado a bem do interesse público. Depois referindo-se à intervenção do membro Rui André disse não dispor de dados técnicos para responder com certeza mas conjecturava que havia directrizes que tinham a ver com o Espaço Schengen e normas de controlo de ilícitos que também justificavam este projecto. Relativamente ao projecto de educação pela arte de que o membro falara disse que, na altura, sendo presidente da AMAL e director da publicação Sulstício, daquela entidade, tinha avalizado a publicação de um artigo de fundo, com chamada à primeira página da revista sobre a campanha de sensibilização que a população escolar levava a efeito a qual mereceu encómios do Primeiro Ministro da altura, Professor Cavaco Silva. Em resposta ao membro Francisco Freitas disse não ter entendido a que é que ele se reportara mas presumia ter falado do radar da Força Aérea na Fóia.---Falou ainda o membro Rui André dizendo que talvez por lapso a menção ao Dr. Cavaco Silva fora incorrecta pois na altura o Primeiro Ministro era o engº António Guterres, a que o Presidente da Câmara anuiu.----- Terminadas estas intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para declaração de interesse público do Projecto “ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente – Site de Radar Costeiro da Fóia e Site de Comunicações da Fóia 1.-----

Contabilizados os votos verificou-se que a proposta foi aprovada por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
José Alves Francisco	Votou a favor
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor
Rui Miguel da Silva André	Votou a favor
Francisco José Martins Freitas	Absteve-se
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou a favor
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou a favor
Paulo Jorge Martins Teodoro	Votou a favor

Votos a favor: **15**; votos contra: **0** abstenções: **1**.-----

Não houve lugar a declarações de voto.-----

Não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos senhores membros que, se não vissem inconveniente, aprovassem esta acta em minuta.-----

Da parte do plenário não houve qualquer objecção pelo que esta acta fica aprovada em minuta.-----

Não tendo havido inscrições para intervir da parte do público deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal pelas 0h46 do dia 28 de Abril de 2007, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

Fernando Reis Luís
Henrique Jorge Vicente Maio
Paulo Alexandre Duarte Rosa
Luís Filipe de Carvalho Grade
Paulo Jorge Martins Teodoro

Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the right side of the page.